

PLANO DIRETOR PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ARACAJU *

*Thais Mansur da Costa Lima **
*Vera Matha Meneses Nunes **
*Raimundo Modesto de Souza **
*Ingrid Ditttrich Wiggers **
*Celia Maria da Costa Pinto **
*Jorge Luis Trindade Santos **
*Amarílio Ferreira Neto **

Apresentação **

Com o objetivo de contribuir junto ao tema central desta Motrivivência, que gira em torno do compromisso da Educação Física com a escola pública, torna-se pertinente uma nova publicação do documento "Plano Diretor para a Educação Física nas Escolas da Rede Municipal de Aracaju". Os principais motivos que nos indicam tal possibilidade, são o fato de que o mesmo se interessa diretamente pela realidade própria de nosso contexto sergipano e por representar historicamente um avanço do debate crítico entre os profissionais da área. Considero também que o mesmo ainda merece um espaço para ser refletido cientificamente e politicamente, com vistas à sua própria superação, tendo por base alguns deslizes teóricos cometidos justificadamente na época de sua elaboração (1986), os quais, todavia, não diminuem o valor das propostas de construção dialética nele contidas.

O documento a seguir foi concebido por um grupo de professores de Educação Física, ligado à Secretaria da Educação do Município de Aracaju, na ocasião dirigida pelo Prof. Jorge Carvalho. Representa uma proposta política que procura desvelar o contexto histórico determinante da área de atuação da Educação Física, elaborar uma análise crítica desses elementos e propor algumas mudanças. Essas mudanças buscam o encontro com uma Educação Física identificada como manifestação humana, pedagógica, política, social e qualitativamente importante para a educação pública.

1. Introdução

A Educação Física e o esporte vêm carecendo de definições que justifiquem sua permanência no contexto educacional.

Abordar a problemática da Educação Física atual no município de Aracaju envolve obrigatoriamente o compromisso de descrever como é essa prática, porque se tornou assim e como poderá vir a ser. É evidente que fazer uma reflexão crítica sobre como é a Educação Física implica questionar a realidade presente e justificar por que a mesma se tornou assim. Para tal, recorreremos à história da Educação Física e do esporte, sua identidade e comprometimento até os dias de hoje. Quanto à questão de como poderá ser a Educação Física, faz-se necessário estabelecer a relação dialética entre passado, presente e futuro, isto é, entre o que foi, o que é e uma outra perspectiva.

O objetivo deste trabalho é propor a viabilização da relação entre o fazer e o compreender em Educação Física sob uma perspectiva social, opondo-se às relações do ter e do poder.

2. Problemática da Educação Física na escola

No cenário educacional, a Educação Física vem atualmente desempenhando o papel de reproduzir a sociedade autoritária, dominadora, discriminatória e seletiva. O que temos feito como educadores tem sido apenas modelar corpos fortes para uma sociedade em que os fracos terão de ser sempre fracos, em que as ordens são dadas e em que o corpo é trabalhado como máquina para a reprodução de gestos e movimento eliminando o espontâneo, o natural e o criativo.

De acordo com o Decreto nº 69.450, de 1º de novembro de 1971, a Educação Física deve, através de atividades físicas, educar o homem integralmente. Contudo, em nossa prática, trabalhamos o aluno de forma fragmentada, como se ele pudesse ser dissociado de um todo corporal e de um todo social. Com essa prática, estamos passando uma vista estática do mundo, onde so-

* Documento publicado anteriormente na Revista Artus — Nos. 21/22 — Rio de Janeiro — Dez/89 — p. 19-24.

** Responsável pela apresentação: Profa. Ingrid Ditttrich Wiggers.

mente pode viver quem tem braços e pernas fortes, ofuscando a verdadeira sociedade em que vivemos, onde a maioria é de fracos.

Cabe então questionar que Educação Física estamos passando para nosso aluno e as consequências dessa prática. Uma Educação Física identificada com a medalha, com a vitória, com os gestos técnicos e robotizados, que em nada contribui para a luta do dia-a-dia e da conquista do espaço dentro da sociedade. A vitória corresponde ao lucro e a derrota, ao prejuízo. Não é por esta ótica que estamos educando nosso aluno?

A identidade dessa Educação Física é dualista e percebe o homem como um ser fracionado, separado em partes estanques. Tem por objetivo o desenvolvimento físico e usa o homem para perpetuar os valores e a ideologia da classe dominante. É uma Educação descontextualizada de todo o seu processo cultural, social, histórico...

É importante ressaltar as causas de todo esse quadro crítico. Consideramos que o professor de Educação Física é, ao mesmo tempo, culpado e vítima do processo histórico.

Cabe citar que, no início, a Educação Física no Brasil estava aliada diretamente ao militarismo e à promoção da saúde física. O Centro Militar de Educação Física, criado em 10 de janeiro de 1922, através de uma portaria do Ministério da Guerra, tinha como objetivo "dirigir", coordenar e "difundir" o novo método de Educação Física militar e suas aplicações desportivas. Esse é um dos motivos que leva o professor de Educação Física a ser, até hoje, o responsável pela ordem unida, a marcha, os desfiles cívicos, a aula do tipo 1-2-3-4 — atividades que em nada contribuem para o desenvolvimento de seres críticos, inteligentes e livres.

A outra tendência que marcou fortemente a história da Educação Física no Brasil foi a área médica. A Faculdade de Medicina, no período imperial, publicava teses justificando a existência da Educação Física para promoção da saúde física do homem. É inconcebível que esta idéia tenha se perpetuado até os dias atuais em nossa escola, pois sabemos que saúde engloba aspectos mais amplos, como boas condições de moradia, alimentação, lazer, educação, transporte, etc.

A Educação Física como fator de saúde assume um papel que pouco significado tem tido, pois não podemos dissociar a saúde física da saúde social. Hoje, em nossa escola, constatamos que grande parte dos alunos vive em condições as mais miseráveis possíveis e isto vem mostrar que aquilo que a Educação Física tem a fazer é muito pouco. Esse pouco muitas vezes se torna um desrespeito aos corpos frágeis, na maioria das vezes sobrecarregando-os e levando-os à dor, fadiga e exaustão.

A aula de Educação Física tem sido traduzida atualmente como atividade desportiva. A maneira discriminatória, mecanizada, pronta e seletiva como tem sido encaminhada essa atividade desportiva tem empobrecido cada vez mais nossa área de atuação, bem como o processo educacional como um todo. A atividade corporal tem constituído um fim, em si, com objetivos exteriores ao corpo. A competição violenta, a medalha e a performance têm obscurecido o verdadeiro papel da Educação Física.

2.1 A Educação Física torna-se autoritária, disciplinadora e domesticada.

Eis as razões:

- a) não respeitamos as características individuais e sociais do aluno e determinamos movimentos e atividades-padrão na aula;
- b) limitamos a criatividade do aluno na aula de Educação Física;
- c) aplicamos jogos prontos, com regras já definidas;
- d) não permitimos que as contradições pessoais e sociais sejam discutidas e analisadas;
- e) transformamos a expressão de movimentos do aluno em repetições mecânicas e gestos técnicos;
- f) não proporcionamos ao aluno a aprendizagem de diversos esportes, a fim de que este adquira um conhecimento generalizado.

2.2 A Educação Física assume uma atitude discriminatória na relação professor-escola.

Isso ocorre porque a Educação Física:

- a) ausenta-se da maioria das atividades da escola, como reuniões de pais, de professores, etc;
- b) ausenta-se do planejamento didático-pedagógico;
- c) permanece afastada do relacionamento e da integração com as demais disciplinas curriculares;
- d) possui instalações físicas específicas (sala de Educação Física);
- e) não tem contato direto com as demais áreas, pois o professor de Educação Física é, na maioria das vezes, substituído pelo seu coordenador;
- f) tem seus horários tomados para reposição de aulas de outras áreas, sem consulta prévia;
- g) não dispõe de espaço físico adequado para a aula em tempo chuvoso.

Além disso, o professor de Educação Física é geralmente o único solicitado a organizar atividades em eventos cívicos, sociais e políticos (desfiles de Sete de Setembro e dos Jogos de Primavera, Semana da Criança, mutirões, inaugurações, etc) e a aula de Educação Física ocorre, na maioria das vezes, em horários diferentes das demais disciplinas.

2.3 A Educação Física assume uma atitude discriminatória na relação professor-aluno.

Isso ocorre porque a Educação Física:

- a) usa como critério para formação das turmas a idade e o sexo, formando turma de Educação Física feminina e turma de Educação Física masculina;
- b) seleciona os alunos segundo sua aptidão para determinado esporte;
- c) exclui o atleta da aula de Educação Física;
- d) exclui o não-atleta das atividades e eventos esportivos;
- e) somente dá ao aluno atleta na maioria das vezes, assistência material e de instalações;
- f) facilita ao aluno-atleta a frequência e até mesmo o aproveitamento de suas atividades escolares (doação gratuita de notas).

Outros motivos são:

- a) o aluno da rede pública de ensino é comprado com bolsas de estudos, doação de uniformes, empregos etc., pelas escolas da rede particular, num comércio prejudicial à sua formação;
- b) a dispensa médica exclui o aluno em definitivo da prática de Educação Física;
- c) ser atleta coloca o aluno em posição privilegiada diante dos demais, dentro da própria escola;
- d) o aluno é não somente dispensado da prática de Educação Física (exame médico, treinamentos de equipes desportivas etc.), como é excluído da participação em seu grupo;
- e) em período de competição, o aluno que anteriormente fazia parte da turma de treinamento perde o contato com a mesma e com o professor, por não participar da equipe oficial de escola;
- f) nos períodos de jogos e competições, são suspensas as aulas de Educação Física.

2.4 Fatores que contribuem para perpetuação dessa Educação Física

Podem ser relacionados os seguintes fatores:

- a) insuficiência ideológica e pedagógica do professor de Educação Física;
- b) formação profissional tecnicista;
- c) não-incentivo à pesquisa e à melhoria da qualificação dos recursos humanos;
- d) falta de apoio por parte dos dirigentes da área de Educação Física;
- e) baixa remuneração profissional;
- f) defesa da Educação Física pela obrigatoriedade da lei e não pelo seu real valor.
- g) ausência de uma consciência da sociedade quanto ao verdadeiro valor da Educação Física e do esporte;
- h) precariedade de condições materiais e de instalações na escola;
- i) número elevado de alunos por turmas;

- j) inexistência de acervo bibliográfico de Educação Física disponível ao professor;
- k) ausência de planejamento integrado entre disciplinas curriculares e entre escolas;
- l) ausência de aula de Educação Física na maioria das escolas e principalmente no pré-escolar;
- m) insuficiência dos exames médicos na escola;
- n) preocupação excessiva da escola na formação de equipes de alto rendimento desportivo.

3. Perspectiva de uma outra prática de Educação Física

Compreendendo que Educação Física não é bém isso que vem acontecendo em nossa escola, precisamos encontrar outra identidade para a mesma, identificando-a também com seu verdadeiro compromisso e contextualizando-a no processo educacional e social.

Contextualizar a Educação Física como ciência social significa aliá-la à Economia, ao Direito, à Política, à Filosofia etc., para questionar uma sociedade de classes, onde poucos são privilegiados e muitos oprimidos.

Para isso é necessário reconhecer a Educação Física como ciência da motricidade humana, que é a ciência da compreensão e explicação da conduta motora. Esta ciência resgata a concepção antropológica do movimento humano, que o percebe influenciado pela interação de fatores sócio-culturais, biológicos, fisiológicos etc.

O homem deve ser motivado a conhecer seu corpo e suas possibilidades de movimento, a fim de desmistificar o mundo, construir e tornar-se sujeito do processo — pontos fundamentais para que as transformações e liberdades sociais se efetivem.

O compromisso maior dessa Educação Física é atender às necessidades da maioria da população e contribuir para a construção de uma sociedade democrática. Nesse contexto, cabe à Educação Física promover o corpo livre e a atividade inteligente, contrapondo-se à disciplinação dos corpos, respeitando e resgatando os fatores de ordem cultural, social e econômica da maioria da população.

Essa proposta busca encontrar a justificativa social para a existência da Educação Física em sua ação teórico-prática, e a promoção do movimento corporal livre e consciente é seu objetivo de trabalho. A Educação Física pensada e praticada numa ótica de ciência do movimento humano tem como sujeito o homem em desenvolvimento e, sendo uma ação educativa e comprometida social e politicamente, não pode assumir uma prática neutra.

A perspectiva para uma outra prática da Educação Física deve basear-se nos atos de vida, como

os atos de correr, de respirar, de andar, de dançar, etc., e no significado dos mesmos, investigando, compreendendo, criando. O melhor caminho é exatamente essa simplicidade da motricidade humana, chamando a atenção para a vida que flui pelo corpo em movimento. Esse é um caminho simples, mas difícil, pois implica a quebra da disciplina corporal que garante a economia dos corpos úteis voltados para o rendimento.

A Educação Física deve estar voltada para uma prática que desperte as consciências humanas. "Quando se joga apenas para ganhar, quando se corre apenas para chegar, quando se anda apenas para se transportar a um objetivo, cria-se a impossibilidade de se tornar consciência do corpo e da ação. Mas quando a consciência é livre para testemunhar esse ato, o corpo deixa de ser um instrumento para obtenção de objetivos e passa a ser o lugar da realidade presente, a única verdadeiramente possível nesse mundo" (Freire, 1985 B.). De que vale, para o ser humano, fazer sem compreender?

Para concretizar definitivamente essa proposta é necessário que a Educação Física seja proporcionada a todos os alunos na escola. Não existe nenhum sentido no ato de dispensar o aluno que pratica esporte da aula de Educação Física. Por que negar ao aluno a oportunidade de experimentar atividades diversificadas?

Percebemos que com os alunos da 5ª série do 1º grau em diante, o professor de Educação Física pode, entre outras atividades, trabalhar diversas modalidades esportivas, dando oportunidades para que todos participem jogando, criando regras, organizando-se, socializando-se tomando consciência dos seus movimentos não-técnicos, não-robotizados...

Terão lugar também, na escola, os treinamentos de equipes, desde que sejam do interesse do aluno. É importante observar o princípio de que esses treinamentos ocorrerão extra-aula de Educação Física, além do que o aluno que participar dos mesmos não será dispensado da prática dessa aula. Nessa perspectiva, o esporte escolar voltado para a educação será compreendido como atividade corporal vivida, e não como competição violenta, elitista, em busca da performance, do primeiro lugar, do melhor rendimento.

Baseados na problemática citada anteriormente, consideramos que a mudança do horário da aula de Educação Física para o turno normal significa um ponto básico e muito importante para o início do processo, de transformação pelo qual estamos passando. O turno normal para a aula de Educação Física possibilitará maior frequência do aluno, pois as crianças e adolescentes de escola pública, são muitas vezes, obrigados a contribuir para a renda familiar, ficando impossibilitados de participar da

aula de Educação Física, quando em turno diferente.

Com essa mudança, será possível que a aula de Educação Física também aconteça em dias chuvosos, pois mesmo que não exista área fixa coberta disponível, a mesma poderá ocorrer na própria sala de aula.

Uma das principais justificativas para essa proposta se encontra na contribuição, no sentido de que o professor de Educação Física participe e tenha mais envolvimento com alunos, professores e a própria escola, partindo do princípio de que estará tendo contato com todos os alunos da turma e com todos os professores que atuam na escola, consequentemente envolvendo-se mais no dia-a-dia da mesma.

Ao aluno com dispensa médica temporária ou mesmo definitiva será proporcionado o contato com o professor de Educação Física. Esse aluno poderá participar de vários momentos da aula, colaborando com o professor, desenhando ou descrevendo a atividade que os demais estão desenvolvendo, participando com o grupo no qual diariamente está inserido.

Será proporcionada ao aluno que pratica o esporte uma expansão de experiências, conhecimentos e vivências diversificadas, não se detendo apenas a gestos concernentes a determinado esporte. "Adquirimos desde cedo um repertório mínimo de gestos, nos quais não pensamos mais. Durante o resto da vida repetimos esses movimentos sem criticá-los, sem lembrar que são apenas uma amostra de nossas virtualidades. Como se tivéssemos aprendido as primeiras letras do alfabeto e ficássemos satisfeitos com as poucas palavras que com elas podem ser formadas. Nesse caso, não só o vocabulário seria reduzido, mas também a capacidade de pensar, raciocinar, criar. Quando alguém usa apenas uma centena de palavras dentre as que compõem sua língua, é considerado débil mental. Ora, quase todos nós usamos no máximo uma centena de variações dentre os 2.000 movimentos (no mínimo) dos quais o ser humano é capaz. Mas nunca levaríamos a sério quem nos dissesse que somos débéis motores(...)" (Bertherat & Bernstein, 1977, p. 67-8).

Juntamente com a mudança da aula de Educação Física para o turno normal percebemos outro fator importante nesse processo de transformação: turmas mistas para todas as séries e níveis de ensino.

A idéia de que a mulher não tem condições físicas para participar de uma aula de Educação Física juntamente com o homem está vinculada à idéia de Educação Física voltada para o rendimento. Uma aula de Educação Física que tenha como sujeito o próprio homem em desenvolvimento concebe a visão de que os sexo masculino e feminino possuem características próprias de cada

um, mas convivem um ao lado do outro, dentro de uma mesma sociedade. Quando separamos o homem da mulher na prática da atividade corporal, perpetuamos o preconceito da superioridade masculina e o preconceito contra o contato corporal entre os sexos.

A troca de experiências entre ambos os sexos na aula de Educação Física contribuirá para o desenvolvimento das consciências individual e coletiva. Qual o motivo que justificaria a separação dos sexos na aula de Educação Física, enquanto nas aulas de matemática, biologia etc., homens e mulheres participam conjuntamente?

Assumir tais propostas de mudança significa contrapor-se à reprodução e perpetuação dos valores pertinentes à concepção de Educação Física dominante.

Não podemos continuar permitindo que o correr, o girar, o sentar e o dançar continuem sendo orientados para objetivos exteriores ao corpo, transformando-o em objeto facilmente manipulável pela sociedade classista.

A Educação Física, por si só, não constitui alavanca para uma transformação social, mas a transformação da sociedade também passa por uma Educação Física libertadora.

A aula de Educação Física constitui o momento maior de expressão motora do indivíduo dentro da escola e, utilizando esse objeto de trabalho, podemos em muito contribuir para a descoberta e desenvolvimento do corpo individual e social que em nós existe.

Para concluir, citamos, a título de reflexão, as palavras que Medina (1985) sugere em sua *Nova perspectiva para a educação física*.

AÇÃO
 REVOLUÇÃO NÃO SEI
 CRESCER REFLEXÃO
 ANTROPOLOGIA
 ESPERAR
 PROPOSTAS PRONTAS
 NEGOCIAR
 COMPROMETIMENTO
 IDENTIFICAM
 TODOS
 SER TOTAL
 SEM MAIS

Sugerimos também para reflexão as seguintes palavras: liberdade e justiça.

4. Proposta de solução

4.1 Resgatar a identidade da Educação Física e do esporte

Isso deverá ser feito através de:

- implantação e implementação da Educação Física em todas as escolas da rede municipal, na pré-escola, no primeiro e no segundo grau;
- viabilização de uma avaliação diagnóstica e formativa na aula de Educação Física;
- valorização da cultura popular, através de inclusões de jogos populares, cantigas, brincadeiras, folclore, capoeira, etc., na aula de Educação Física;
- elaboração de uma proposta curricular para a Educação Física que abranja objetivos, métodos, etc., de acordo com as características físicas, intelectuais afetivas do educando; essa proposta deverá estar integrada às demais disciplinas curriculares;
- utilização de instalações e materiais disponíveis na escola, prioritariamente pela aula de Educação Física e não pelos treinamentos esportivos;
- incentivo à aprendizagem e iniciação das diversas modalidades esportivas na aula de Educação Física nas séries finais do 1º grau (5ª a 8ª séries) e no 2º grau, promovendo a diversidade de experiências motoras;
- incentivo à formação de equipes de treinamentos que constituirão atividade opcional na escola.

Os treinamentos deverão acontecer em momentos extra-classe de Educação Física e obedecerão aos seguintes critérios:

- os treinamentos de equipe em nenhum caso substituirão a aula de Educação Física, que acontecerá em turno normal;
- a formação das equipes ocorrerá por iniciativa e interesse do próprio aluno, que negociará com a escola esses treinamentos, cabendo ao professor de Educação Física a orientação dos mesmos quando solicitado;
- na formação das equipes de treinamento de desportos coletivos, será exigido o número mínimo de atletas que constituem a equipe (titular e reserva) mais três alunos por turma;
- na formação das equipes de treinamento de desportos individuais, será exigido o número mínimo de nove alunos por turma;
- a duração de uma sessão de treinamento será de 1 hora e 30 minutos e deverão acontecer três sessões de treinamentos por semana, para cada turma;
- o professor com carga horária mensal equivalente a 200 horas poderá orientar no máximo duas turmas de treinamento; nesse caso o professor terá de ministrar aula de Educação Física para seis turmas de classe, no horário normal das outras disciplinas;
- a escola terá o prazo de um mês, após o

início do ano letivo, para organizar as turmas de treinamento;

h) caso o aluno se mostre interessado em formar turmas de treinamento após esse prazo, a escola deverá solicitar ao órgão competente os recursos humanos necessários para orientar esses treinamentos;

i) os professores cuja carga horária destinada a treinamento não for absorvida nesse prazo de um mês, deverão ter a mesma imediatamente preenchida com turmas de Educação Física.

Esses últimos critérios são propostos com base na justificativa de que o professor deverá ser utilizado pela escola, prioritariamente, com turmas de Educação Física, que constituem sua principal função de trabalho.

4.2 Revisão da legislação vigente.

Propomos as seguintes medidas:

a) determinação do número máximo de 30 alunos por turma de Educação Física e de três sessões semanais em dias alternados no pré-escolar, no primeiro e no segundo grau, permitindo-se concentração de atividades em apenas um dia consecutivo;

b) reavaliação dos critérios para recuperação em Educação Física;

c) tempo disponível para cada sessão de 30 minutos (pré-escolar); 40 minutos (1ª a 4ª série do 1º grau), e 50 minutos (5ª série de 1º e 2º graus);

d) inclusão de Educação Física no turno comum às demais disciplinas do pré-escolar, e de 1º e 2º graus;

e) turmas de Educação Física mistas no pré-escolar, 1º e 2º graus, mantendo-se preferencialmente a turma de classe;

f) não contará como aula de Educação Física qualquer forma de competição esportiva e recreativa ou preparação para as mesmas onde não haja participação efetiva de todos os alunos da turma.

5. Recomendações para operacionalização do plano diretor

São as seguintes:

a) constituição de uma comissão permanente pelo período mínimo de dois anos, composta preferencialmente de professores de Educação Física — sugerimos que estes professores sejam dispensados de suas tarefas normais de trabalho, caso estejam lotados na Secretaria de Educação do Município ou em alguma unidade de ensino;

b) reuniões para análise, discussões e avaliação do plano diretor com dirigentes municipais, direção de escolas, conselho de professores, professores de Educação Física, alunos etc.;

c) ampla divulgação do documento nas unidades de ensino, órgãos governamentais, etc.;

d) interferência e orientação junto ao setor responsável pelo planejamento e execução das construções da Secretaria de Educação do município, para que nas escolas que estão sendo construídas haja disponibilidade de área livre para a prática de Educação Física, assim como melhoria e reforma das instalações já existentes;

e) criação de um acervo bibliográfico central relacionado com a área de Educação Física, disponível a todos os professores municipais;

f) extinção da Divisão de Educação Física, Desportos e Recreação, sendo que professores de Educação Física devem ser inseridos no Departamento de Ensino de 1º e 2º graus para orientação dos professores da área — em todos os níveis de ensino — que trabalham nas escolas;

g) distribuição adequada dos recursos financeiros para suprir as necessidades da Educação Física curricular;

h) promoção de cursos, conveniados ou não, com outras instituições na área de Educação Física, com prioridade para o pré-escolar e 1º grau, e de encontros entre os profissionais da Educação Física e os demais profissionais da educação, diretores de escola, dirigentes educacionais, etc., visando maior integração do processo educacional;

i) liberação de profissionais que obtiveram aprovação em cursos de especialização e mestrado na área, de acordo com as prioridades desse programa.

6. Conclusão

As propostas contidas nesse plano não serão absolutamente a superação total da problemática existente em nosso meio educacional, mas acreditamos serem passos fundamentais para que, gradativamente, as transformações venham a ocorrer.

Para tal, fazem-se necessários uma discussão ampla e o compromisso de todos os setores envolvidos direta ou indiretamente com a educação (autoridades, diretores de escola, professores, alunos, etc.)

Entendendo que o objetivo principal dessa proposta seja o atendimento das necessidades do aluno, dentro de sua realidade social, faz-se necessária constante reflexão crítica de todo o processo.

Voltar nossos olhos para o social muitas vezes pode parecer utopia. Cabe citar que o utópico não é o Irrealizável, a utopia não é Idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante (Freire, 1980, p. 27).

7. Bibliografia

- Apef-PE Educação Física — novos compromissos: pedagogia, movimento, miséria. **Sprint**. Rio de Janeiro, 4(4): 176-79, jul/ago, 1986.
- Aracaju (Município). Secretaria da Educação. Comissão de Educação Física. Encontro de Professores de Educação Física do Município, 1. Relatório. Aracaju, 1986.
- BERTHERAT, Thérèse & BERNSTEIN, Carol. **O corpo tem suas razões: antiginástica e consciência de si**. 4ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- Brasil. Decreto nº 69450 de 1º de novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei nº 4.024 de dezembro de 1961 e a alínea "c" do artigo 40 da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências.
- BRUHNS, Heloisa T., org. **Conversando sobre o corpo**. Campinas, Papirus, 1985.
- CARMO, Apolônio e Abadio. **Competência técnica e consciência política: em busca de um movimento simétrico**. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1985.
- CARVALHO, Alfredo Melo de. **Cultura física e desenvolvimento**. Lisboa, Compendium, 1976.
- CASTELLANI Fº, Lino. A (des)caracterização profissional filosófica da educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. São Paulo, 4 (3): 95-101, maio 1983.
- A política esportiva no reino do faz de conta. **Sprint**. Rio de Janeiro, 3: 21-84, 1985. Número especial.
- CAVALCANTI, Kátia Brandão. Tendência crítica e revolucionária de educação física brasileira. **Sprint**, Rio de Janeiro, 3: 25-32, 1985. Número especial.
- DEMEL, Maciej. Integração da educação física na educação. **Boletim Internacional da Fiep**. Belo Horizonte, 48 (3), set. 1978.
- Especialista critica competições infantis. **Folha de São Paulo**, 12 out. 1986. Esportes, p. 36.
- FEIO NORONHA. **Desporto e política: ensaios para a sua compreensão**. Lisboa, Compendium, 1978.
- FREIRE, João Batista. Educação física numa sociedade democrática. **Sprint**, Rio de Janeiro, 3: 7-11, 1985 a. Número especial.
-
- Uma nova educação física para uma nova república? **Corpo e Movimento São Paulo**. (4): 27-8, abr. 1985b.
-
- FREIRE, Paulo. **Consentimentação: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3ª ed. São Paulo, Moraes, 1980.
-
- Educação e mudança**. 10ª ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1983.
- LAURENT, Barran, R.; Faure, J.J. **Os comunistas e o desporto**. Lisboa, Prelo, 1974.
- LISTELLO, A. **Educação pelas atividades físicas**. 3ª ed. São Paulo, EPUEDUSP, 1979, São Paulo, Moraes, 1980.
- MEDINA, João Paulo S. **A Educação Física culpa do corpo e "mente"**. 4ª ed. Campinas, Papirus, 1985.
- Minas Gerais (Estado) Secretaria da Educação. Superintendência Educacional. Assessoria de Educação Física. **Educação física de base: relato de uma experiência de 1ª a 4ª série do 1º grau e pré-escola**. Belo Horizonte, 1984.
- OLIVEIRA, Vítor Marinho de. **O que é educação física**. São Paulo, Brasiliense, 1984.
-
- Educação física humanista**. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1985.
- São Paulo (Estado), Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Fundamentos da educação e realidade brasileira: a relevância social dos conteúdos de ensino**. São Paulo, SE/CENP. 1986.
- SERGIO, Manuel. **A prática e a educação física** 2ª ed. Lisboa, Compendium 1978.
- TAFFAREL, Celi Nelza Ziike. A educação física na Nova República. **Sprint**. Rio de Janeiro, 3, 17, 1985. Número especial.